



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

01/12/2017

INDICE

1. JORNAL O DEBATE	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1
1.2. SERVIDOR PÚBLICO.....	2 - 3
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	4 - 5
2.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	6
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. DESEMBARGADOR.....	7 - 8
3.2. PRESIDÊNCIA.....	9 - 10
3.3. SERVIDOR PÚBLICO.....	11
3.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	12
3.5. VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.....	13

AUMENTO



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, assinou e enviou para a Assembleia Legislativa do Estado, na manhã desta quinta-feira (30), projeto de lei que concede reajuste de 5% aos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário maranhense.

Anunciado em Sessão Plenária pelo presidente do TJMA no dia 1º de novembro e tendo a minuta analisada e aprovada pelos demais desembargadores da Corte, o projeto de lei somente foi encaminhado nesta quinta-feira (20), em razão da vigência da Lei Ordinária 10.722/2017, publicada no dia 28 de novembro, que incorpora os percentuais de 21,7% e 11,98% aos vencimentos dos servidores.

“Aguardamos a publicação da lei para benefício dos servidores, já que os 5% deverão incidir, a partir do momento que forem implantados, sobre os vencimentos já reajustados com a incorporação dos percentuais”, explicou o presidente Cleones Cunha.

O projeto de lei dos 5% será apreciado pela Assembleia Legislativa e, após aprovação pelo Parlamento estadual, será encaminhado para sanção do governador do Estado do Maranhão.

Canecas ecológicas



Magistrados e servidores do Fórum de São Luís e do prédio sede do TJMA estão recebendo, nos seus locais de trabalho, canecas reutilizáveis, que substituem definitivamente os copos de plástico descartáveis. A iniciativa de substituir gradativamente o uso desse material descartável é uma ação do Núcleo de Gestão Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão e já está sendo feita também nas comarcas do interior, Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) e unidades judiciais da capital.

“TJMA Sustentável”

As canecas “TJMA Sustentável”, de uso individual, são confeccionadas em material ecológico (fibra de coco). Para os demais usuários (público externo) serão fornecidos copos para água (copos ecológicos de papel reciclado). As unidades podem solicitar o fornecimento de copos de vidro à Diretoria de Material e Patrimônio, para utilização pelos demais usuários (promotores de justiça, defensores públicos, advogados, entre outros). No Fórum Des. Sarney Costa, as canecas adquiridas pelo Tribunal estão sendo distribuídas pela Diretoria do Fórum.

Plano

A substituição dos copos de plástico descartáveis integra o Plano de Logística Sustentável (PSL), que é um importante aliado do TJMA na efetivação de ações voltadas para a responsabilidade socioambiental. O plano, desenvolvido pelo Núcleo Socioambiental, passou a vigorar em março de 2016, na gestão do desembargador Cleones Cunha, na presidência do Tribunal. O presidente da Comissão Gestora do Plano é o desembargador Jorge Rachid. A coordenadora do Núcleo Socioambiental, Joelma Nascimento, enfatiza que a ação de substituição dos copos tem a parceria da Coordenadoria de Material e Patrimônio do TJMA, responsável pela aquisição e distribuição das canecas ecológicas em todo o Judiciário maranhense.

Vantagens

O juiz da Auditoria Militar, Nelson Melo de Moraes Rêgo, disse, ao receber a caneca ecológica, em seu gabinete no Fórum de São Luís, que essa medida contribui para a promoção de um meio ambiente sustentável, considerando que copos de plástico descartáveis levam muitos anos para serem absorvidos pela natureza. Para o servidor Joas Ferreira (Auditoria Militar), além da economia com aquisição de material, o principal benefício da iniciativa é ambiental.



O desembargador Cleones Cunha, presidente do TJ-MA, na foto cercado pela família e amigos, quando foi condecorado pela Assembleia Legislativa com a medalha Manoel Bequimão, maior honraria conferida pelo Poder Legislativo Estadual a personalidades que contribuíram para o desenvolvimento econômico, político e social do Maranhão

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



1 O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, cujo mandato termina no dia 16 próximo, enviou ontem à Assembleia Legislativa projeto de lei que concede reajuste de 5% aos servidores do Poder Judiciário. A minuta do projeto havia sido aprovada pelos desembargadores e se vincula à Lei Ordinária 10.722/2017, que incorpora os percentuais de 21,7% e 11,98% aos vencimentos dos servidores.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 83/2017

Processo nº 50.583/2017

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios; **Abertura:** 18/12/2017, às 10:00 horas (horário de Brasília); **Local:** Site www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** 98 3261 6181. São Luís/MA, 30 de novembro de 2017.

André de Sousa Moreno – Pregoeiro.

HOMENAGEM

CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO MONSENHOR CLODOMIR BRANDT E SILVA COMEMORADO EM ARARI

PÁGINA 2

HOMENAGEM

CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO MONSENHOR CLODOMIR BRANDT E SILVA (PADRE BRANT) É COMEMORADO EM ARARI

DIVULGAÇÃO

Por Eden Jr e Gardênia Soares

O centenário do nascimento do Padre Clodomir Brandt e Silva foi alvo de muitas comemorações em Arari, cidade onde passou boa parte de sua vida. O Padre Clodomir Brandt era natural de Colinas/MA, tendo vindo ao mundo em 22 de novembro de 1917 e falecido em 22 de abril de 1998. Chegou em Arari em janeiro de 1944, onde desenvolveu importante e revolucionária obra em diversas vertentes, como: a religiosa – fundação da Associação da Doutrina Cristã (ADC); a educacional – implantação do Colégio Arariense, do Ginásio Arariense e da Escola Normal de Arari; a cultural – instituição do Cine Paroquial de Arari, do Teatro Experimental Arariense (TEA), do serviços de autofalante Voz de Arari e da Escola de Música Carlos Gomes; a social – criação do Lactário da ADC e literária – lançamento de vários livros, como: “Escritos sem Ordem” (seis volumes), “Famílias Arariense” (dez volumes) e “Assuntos Ararienses” (dois volumes) e do “Jornal Notícias”.

Na realidade, as homenagens ao centenário começaram em 17 de agosto, quando o desembargador Marcelino Chaves Everton, arariense e ex-aluno do Padre Brandt no Colégio Arariense, teve a iniciativa de propor ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) a concessão da “Medalha Desembargador Antônio Rodrigues Velloso”, “in memoriam” de Clodomir Brandt e Silva. A homenagem foi entregue, juntamente, com a “Medalha do Mérito Judiciário” aos familiares do Padre Brant, com destaque para seu sobrinho, o Professor José Augusto Silva Oliveira, ex-reitor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e atualmente assessor da reitoria dessa instituição. Ainda em 22 de novembro de 2017, o mesmo Tribunal, através de seu presidente, desembargador Cleones Carvalho Cunha, (também ex-aluno do Padre Brandt), pela resolução de nº. 79/2017-GP denominou de “Padre

Clodomir Brandt e Silva” o Fórum da Comarca de Arari.

As reverências prosseguiram no dia 25 de novembro (sábado), com o lançamento de edições especiais de três jornais: “Notícias de Vanguarda”, de propriedade do jornalista arariense Luiz Henrique Chaves Everton; “Ribeira do Meirim”, comandado pelo médico e pesquisador Nerly Vale Cutrim e “Folha da AVL”, órgão da Academia Arariense-Vitoriense de Letras (AVL). Seguindo-se as festividades, nesse mesmo sábado, em Arari, foi realizada “Alvorada Musical”, às 5 horas, pelo serviço de Autofalante “Voz de Arari”, da Associação da Doutrina Cristã (ADC), executando músicas dos anos 60 e 70. A Rádio Web “Voz de Arari”, de propriedade de José Luiz Batalha, outro ex-aluno do Padre Brandt, fez a transmissão da alvorada.

Às 6 horas a Banda do Exército Brasileiro desfilou pelas principais ruas de Arari e se apresentou em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça. Essa atividade foi uma ação liderada pelos maestros Raimundo Cosme (BB), da Banda do Colégio Arariense, e Domingos Sávio, da Banda do Exército. Ambos os regentes foram alunos do Colégio Arariense (que também ficou conhecido como Colégio do Padre). Às 9 horas houve a celebração da Santa Missa em Ação de Graças pelo centenário e às 16 horas, ocorreu um animado Passeio Ciclístico pelas ruas da cidade.

O ponto alto das comemorações se deu no período da noite do dia 25 (sábado), onde a Academia Arariense-Vitoriense de Letras (AVL), fez a doação e assentamento de duas efígies do homenageado – uma colocada no “Memorial Padre Clodomir Brandt e Silva” e outra na entrada do Colégio Arariense. Também nessa noite, a AVL realizou “Sessão Comemorativa ao Centenário do Nascimento do Padre Brandt e Silva”, no Auditório do Colégio Arariense. A Sessão Festiva da AVL ocorreu a partir das



PROFESSOR JOSÉ AUGUSTO SILVA, SOBRINHO DO PADRE CLODOMIR BRANDT AO LADO DE UMA DAS EFÍGIES DO HOMENAGEADO

21 horas, com pronunciamentos do pároco de Arari, Pe. Raimundo França, e dos membros efetivos da AVL: Eden Soares, Creuza Ribeiro e Nerly Cutrim; apresentação cultural (jogral e banda musical) de alunos do Colégio Arariense; entrega de diplomas aos amigos da memória do Padre Brandt e Silva; posse de José Augusto Silva Oliveira (ex-reitor da UEMA e sobrinho do Padre Brandt), como membro correspondente da AVL e lançamento de edição especial da Folha da AVL.

Após a Sessão Comemorativa ao Centenário do Nascimento do Padre Brandt da AVL foi servido

um coquetel para os presentes no pátio do Colégio do Padre. Pela AVL, participaram intensamente da organização das comemorações os acadêmicos: Washington Cantanhede (Presidente da AVL), Creuza Ribeiro, Eden Soares, Raimundo Cosme (BB), Rômulo Soares (diretor da Seção Arariense da AVL), Raimundo Rocha, Gisele Sousa, Nerly Cutrim, Cesar Abas e Teresinha Soares, que ainda contaram com a efetiva colaboração de Gardênia Soares, Rômulo Fernandes, Rodrigo Fernandes e Edna Bezerra. As festividades diurnas foram coordenadas por Nerly Cutrim e por uma comissão organizadora.

TJMA envia ao Legislativo projeto de lei com reajuste de 5% aos servidores

PÁG. 3 [C1]

“Aguardamos a publicação da lei para benefício dos servidores, já que os 5% deverão incidir, a partir do momento que forem implantados, sobre os vencimentos já reajustados com a incorporação dos percentuais”
(Cleones Cunha, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão)

TJMA envia ao Legislativo projeto de lei com reajuste de 5% aos servidores

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, assinou e enviou para a Assembleia Legislativa do Estado, nessa quinta-feira (30), projeto de lei que concede reajuste de 5% aos vencimentos dos servidores do Poder

Judiciário maranhense. Anunciado em sessão plenária pelo presidente do TJMA no dia 1º de novembro e tendo a minuta analisada e aprovada pelos demais desembargadores da Corte, o projeto de lei somente foi encaminhado ontem, em razão da vigência

da Lei Ordinária 10.722/2017, publicada 28 de novembro, que incorpora os percentuais de 21,7% e 11,98% aos vencimentos dos servidores.

“Aguardamos a publicação da lei para benefício dos servidores, já que os 5% deverão incidir, a partir do momento que

forem implantados, sobre os vencimentos já reajustados com a incorporação dos percentuais”, explicou Cleones Cunha. O projeto de lei será apreciado pela Assembleia Legislativa e, após aprovação pelo Parlamento estadual, será encaminhado para sanção do governador do Estado.



Esplanada

Leandro Mazzini
PODER, POLÍTICA & MERCADO

www.colunaesplanada.com.br | contato@colunaesplanada.com.br

Pautas, denúncias, críticas, sugestões para:
LEMA Comunicação | AC TJDFT Caixa Postal 8002 - CEP 70094-971 - Brasília-DF
(61) 32634265 / 992485757 | © 2011 - 2017 Coluna Esplanada - Todos os direitos reservados.

Vergonha!

Mais de 3 meses depois da determinação da presidente do CNJ, Ministra Cármen Lúcia, para que os TJs e TREs liberassem a lista dos salários dos juízes, só os TJs de Minas e Espírito Santo, e o TRE de São Paulo disponibilizaram a lista nominativa-salarial.



Data Venia

Mozart Baldez

MOZARTBALDEZADVOGADO@BOL.COM.BR

JUDICIÁRIO DO BRASIL CUSTA 1,3% DO PIB: É O MAIOR "CABIDE" DE EMPREGO DO MUNDO!

Na semana passada, dia 24/11/17 (sexta-feira), tive a honra de ser convidado pelo nobre colega Advogado Criminalista, Dr. Erivelton Lago, Presidente da ABRACRIM MA, para ser um dos palestrantes no I Encontro da Advocacia Criminal do Maranhão, realizado, no auditório da FIEMA em São Luís – MA, onde estavam presentes juristas de renome de todo o Brasil e também do nosso estado.

Como tema proposto, discorreremos sobre a MOROSIDADE DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS PERANTE ADVOGADOS E JURISDICIONADOS. Aqui vai um resumo da palestra.

Mas afinal, de quem é a culpa por essa justiça ser tão morosa e, por conseguinte, injusta? dos advogados que se valem dos inúmeros recursos previstos e abarrotam os Tribunais? do Estado, que é sabidamente o maior litigante? da falta de aparelhamento estatal? ou seria dos julgadores, que não conseguem dar vazão aos milhares de processos que têm sob sua reponsabilidade? Essas conclusões não são nossas. E sim dos burocratas e pesquisadores. Atribuir a morosidade do Judiciário a esses fatores sem incluir a jornada "TQQ e QQ" que vige no Maranhão sem solução, pura e simplesmente seria simplista demais.

Buscamos primeiro pesquisar os números do judiciário, objetivando fazer uma análise profícua e imparcial para em seguida informar à sociedade, aos advogados e jurisdicionados o porquê o judiciário brasileiro é moroso, desaparelhado e ineficaz. E chegamos a três inusitadas conclusões: Primeira. O JUDICIÁRIO NÃO PRECISA DE RECURSO NEM DE PESSOAL, recebe 1,3% do PIB. Segundo. O JUDICIÁRIO BRASILEIRO É O MAIOR "CABIDE" DE EMPREGO DO PAÍS. A maioria dos funcionários e prestadores de serviço não faz concurso. No Maranhão é a consagração do NEPOTISMO CRUZADO, uma verdadeira farra com cargos de confiança de livre nomeação sem contar os terceirizados e requisitados, cujo salário médio chega a 9,9 mil reais mensais, segundo pesquisa. Terceiro. O JUDICIÁRIO PRECISA DE ADMINISTRADOR DE CARREIRA PREPARADO E NÃO DE MAGISTRADO COM VÍNCULO POLÍTICO PARA PROVER A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA.

Pois bem, vamos aos dados estatísticos. No ano de 2015, as despesas totais do Poder Judiciário somaram R\$ 79,2 bilhões. Isto representou um crescimento de 4,7%, considerando o quinquênio 2011-2016, um crescimento médio na ordem de 3,8% ao ano. Essa despesa equivale a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, ou a 2,6% dos gastos totais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou a um custo pelo serviço de justiça de R\$ 387,56 por habitante, com tendência de crescimento.

Ao se destacar o quesito despesa com pessoal, os leitores devem dispensar especial atenção, pois mem para a discrepância. Ou seja, 89% do orçamento de 79,2 bilhões (acrescido de 7,6% em dois anos)

são destinados ao pagamento de magistrados e servidores ativos e inativos, incluindo remuneração, proventos, pensões, encargos, benefícios e outras despesas indenizatórias. O restante, ou seja, 11% somente sobra para investimento para a prestação jurisdicional. No Maranhão as comarcas da baixada e do sertão estão abandonadas.

É oportuno esclarecer que, nestes valores estão computados benefícios e despesas em caráter indenizatório, tais como diárias, passagens, AUXÍLIO MORADIA (este benefício é recebido e o juiz não mora na comarca) e outros. Outro dado interessante é que o Brasil gasta proporcionalmente mais que a Alemanha no custeio de seu Poder Judiciário. Enquanto o governo brasileiro gasta 1,3% do PIB com magistrados, o país europeu consome apenas 0,32%.

O Poder Judiciário brasileiro totaliza cerca de 16,5 mil magistrados, o equivalente a 8,2 juizes por 100 mil habitantes. Essa proporção não destoa da maioria das nações. Neste sentido dificilmente se explica a disparidade observada nas despesas, diz um estudo do cientista político Luciano Da Ros, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A maior parte do custo é para pagar mais de 412 mil servidores da Justiça. Resultado, com grande número de servidores que chega a ultrapassar o contingente ACREDITEM, das Forças Armadas num total de 350 mil e um alto custo de manutenção, o Brasil tem um dos mais altos custos de decisão judicial: R\$ 2,2 mil e uma das mais ineficientes JUSTIÇAS do mundo em resultado. Na Itália custa cerca de R\$ 1,6, e R\$ 2 mil em Portugal. O auxílio da força de trabalho do magistrado no Brasil é significativa e maior que em outros países. Caso o Brasil fosse à guerra seria numericamente mais viável o presidente do país convocar os servidores da justiça a ter que comprometer logo as tropas militares.

Outro dado curioso é que as Forças Armadas do Brasil contam com cerca de 350 mil militares na ativa e uma justiça especializada que funciona há 208 anos e vai consumindo cerca de R\$ 430 milhões dos cofres públicos este ano.

Somente o Superior Tribunal Militar (STM), a mais alta corte responsável por julgar recursos de crimes previstos no Código Penal Militar e oficiais gerais das Forças Armadas, tem 15 ministros e o seu orçamento em 2016, foi de R\$ 419,5 milhões. Se comparado com o Supremo Tribunal Federal, que custa R\$ 554,7 milhões por ano, o STM tem quatro ministros a mais, orçamento 25% menor e uma produtividade atípica para os padrões do afofado e moroso judiciário brasileiro.

Enquanto a corte militar julga, em média, 1.200 processos por ano, o Supremo dá cerca de 8 mil decisões por mês. Os ministros do STM levam, em média, oito meses para dar uma sentença. No STF, ações penais demoram cerca de cinco anos e meio para chegar a uma decisão final, conforme levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Conclusão: com toda a "DINHEIRAMA" derramada pelo poder público sem controle e excesso de pessoal mal aproveitado e distribuído, o judiciário continuará prestando um péssimo serviço à população, em particular no Maranhão, se não for submetido a UMA REFORMA AMPLA GERAL E IRRESTRITA com quebra de privilégios.

Mozart Baldez - Advogado

Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão - SAMA

Vara de Violência Doméstica e Familiar de Imperatriz promove “Corrida Pró-Mulher”

Diversas atividades estão sendo desenvolvidas em Imperatriz, durante a Campanha dos “16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, que tem como objetivo conscientizar a população sobre os direitos da mulher e combater a violência de gênero.

A programação será realizada até 8 de dezembro (“Dia da Justiça”), reunindo diversos órgãos públicos que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, e integrando a comunidade às ações programadas.

Dentre essas atividades estão sendo desenvolvidas oficinas, palestras, debates e rodas de conversas sobre a temática voltada às questões de gênero.

O Poder Judiciário da Comarca de Imperatriz somou esforços com os demais órgãos e, por meio da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, vai realizar, no dia 3 de dezembro, a “Corrida Pró-Mulher 2017”, de 5km, com concentração às 6h30 e saída do Fórum Henrique de La Rocque (Rua Rui Barbosa, s/nº. Centro), retornando para o mesmo local.

As inscrições podem ser feitas na “Top Sport” (Avenida Dorgival Pinheiro de Sousa, 611. Centro), em Imperatriz.